

Karina Fernanda Travagim Viturino Neves

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

kftvneves@yahoo.com.br

---

# 30 anos de Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs): um “raio X” da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo<sup>1</sup>

## Resumo

Neste artigo apresentamos alguns dos resultados da pesquisa que foi defendida no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Por meio de pesquisa bibliográfica analisamos os anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs) com o objetivo de investigar questões relativas à produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil no âmbito da ciência geográfica. Investigamos os anais de todos os dezoito eventos realizados até a defesa da pesquisa, compreendendo o período de 1978-2009, e selecionamos 281 trabalhos que discutiam a temática da relação cidade-campo para compor nossa base de dados. Especificamente para esse artigo, reunimos os resultados referentes ao histórico e à importância dos ENGAs; à caracterização da fonte de dados da pesquisa bibliográfica e ao panorama da produção de conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil, a partir dos anais desse encontro científico.

**Palavras-chave:** Relação cidade-campo, Epistemologia da Geografia, Geografia Agrária brasileira, Encontros Nacionais de Geografia Agrária.

## Resumé

30 ANS DE RENCONTRES NATIONALES DE GEOGRAPHIE AGRAIRE (ENGAs): UN «RAYON X» DE LA PRODUCTION DE CONNAISSANCES SUR LE THÈME DE RELATION VILLE-CAMPAGNE

Dans cet article, nous présentons quelques résultats de la recherche qui a été défendu au cours de Master en Géographie de la Université Fédérale de Bahia. Par une recherche bibliographique nous avons analysé les annales des Rencontres

Nationales de Géographie Agraire (ENGAs) afin d'enquêter des questions liées à la production de connaissances sur le thème de la relation ville-campagne au Brésil dans le cadre de la science géographique. Nous avons étudié les annales de tous les événements dix-neuf qui ont été effectués jusqu'à la finalization de la recherche, couvrant la période de 1978 à 2009 et nous avons sélectionné 281 ouvrages qui traitait du thème de la relation ville-campagne pour composer notre base de données. Spécifiquement pour cet article, nous avons recueilli les résultats relatifs à l'histoire et l'importance de Engas; l'identification des caractéristiques de la source des données de la recherche bibliographique et la exposition du panorama de la production de connaissances sur le thème de la relation entre ville et campagne au Brésil, dans les annales de cette rencontre scientifique.

**Mots-clé:** Relations ville-campagne, Épistémologie de la Géographie, Géographie Agraire brésilienne, Rencontres Nationales de Géographie Agraire.

## 1. Introdução

Esse artigo reúne alguns dos principais resultados da pesquisa que desenvolvemos no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia no período de 2008-2010. A referida pesquisa consistiu em um estudo de caráter bibliográfico, através do qual objetivamos investigar, no âmbito da ciência geográfica, a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil<sup>2</sup>.

Tomamos como base de análise o conjunto dos trabalhos desenvolvidos sobre essa temática e publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs). Selecionamos o período de realização desses encontros (1978-2009) como nossa delimitação temporal, por compreendermos que esses eventos são importantes fóruns de discussão e divulgação dos estudos agrários no Brasil.

O objetivo principal do artigo é apresentar um panorama da recente produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo na Geografia Agrária brasileira. O texto está organizado em três seções: na primeira apresentamos o histórico e a importância dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs) para a Geografia brasileira; na segunda seção caracterizamos a fonte de dados da pesquisa e, por fim, na terceira seção, expomos os principais parâmetros de análise que fundamentaram a pesquisa bibliográfica e apresentamos o panorama da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo a partir da fonte de dados selecionada.

## 2. Histórico e relevância dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs)

A proposta de desenvolvimento de um encontro de abrangência nacional para discutir temas relacionados ao campo da Geografia Agrária surgiu em julho de 1978 durante a realização do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) sediado em Fortaleza. O Professor José Alexandre Filizola Diniz relata o contexto em que a ideia foi elaborada:

Em plena efervescência da reunião onde despontavam mudanças profundas nas concepções geográficas mais aceitas no Brasil, sobretudo com uma crítica severa aos métodos quantitativos e uma preocupação acentuada com as questões sociais, os estudos urbanos encontravam-se em pleno desenvolvimento. Em oposição, a Geografia Agrária mostrava-se enfraquecida, pouco produtiva, diante de outras áreas de nossa ciência, não merecendo mais do que uma simples sessão vespertina para apresentação de algumas comunicações. E para todos aqueles que faziam essa geografia, a sensação era de frustração e desânimo [...] quando despontou, como resposta à célebre pergunta “o que fazer?”, a idéia do ENGA. E ali mesmo fomos montando a estrutura preliminar do primeiro Encontro, dividindo tarefas e selecionando temas. Logo me dispus a organizar o evento, em dezembro do mesmo ano, que, em nossa idéia precipitadamente concebida, deveria ser o primeiro de uma grande seqüência (DINIZ, J. A. et. al., 1987, p. 18).

Devido tanto à sua importância acadêmica quanto ao seu compromisso social, os Encontros Nacionais de Geografia Agrária se destacam ainda hoje no meio científico nacional, comprovando as expectativas dos idealizadores que esperavam que o ENGA de 1978 fosse o primeiro de uma grande seqüência.

Conforme indicamos, selecionamos os anais desses encontros nacionais como fonte de dados da pesquisa bibliográfica e utilizamos o período de realização desses eventos – 1978 (I ENGA) a 2009 (XIX ENGA) – como delimitação temporal do nosso estudo. Acreditamos que a investigação da produção do conhecimento ao longo da realização de um evento científico pode permitir, ao mesmo tempo, a análise do desenvolvimento da ciência na qual o evento está inserido e a análise do processo histórico da sociedade na qual a ciência se desenvolve. Essa perspectiva é detalhada por Galvão (1988) quando explica que

A realização de uma reunião científica traz consigo indagações e questionamentos, tão mais intensos e profundos quanto mais internalizada a percepção do seu significado como instrumento de aferição, estímulo e avanços do conhecimento, e

como canal de revigoração da prática social que a ciência se propõe. Define-se nesse contexto um comprometimento da comunidade científica com a sociedade, no sentido de perscrutar seus anseios, identificar e compreender as bases e a dinâmica de seus problemas, participar da formulação e implementação de soluções pertinentes (p. 01).

No que tange a importância dessa reunião científica no âmbito da ciência geográfica brasileira, destacamos quatro aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, salientamos a importância epistemológica desse encontro uma vez que ele surgiu num momento de crise da Geografia Agrária que, naquele contexto, encontrava dificuldades para definir seu objeto diante da Geografia e de outras ciências. Essa crise estava relacionada tanto às transformações científicas de ordem teórica e metodológica, quanto às transformações empíricas ocorridas no campo brasileiro em decorrência das mudanças nas relações de produção e trabalho e consequentes alterações na organização do espaço.

Em segundo lugar, ressaltamos a importância histórica do ENGA que foi idealizado em decorrência dessa crise vivenciada pela Geografia Agrária brasileira e que se tornou a primeira reunião científica especializada no âmbito da ciência geográfica.

Em terceiro lugar destacamos a representatividade desse encontro no meio acadêmico geográfico brasileiro, representatividade esta que pode ser sintetizada tanto pelo alcance nacional dos ENGAs quanto pela sua significativa produção acadêmica<sup>3</sup> (FERREIRA, 2002).

Por fim, o último aspecto que apresentamos para demonstrar a relevância dos ENGAs no meio acadêmico nacional é o fato de que o período de realização desses eventos (1978-2009) abrange, justamente, o período de difusão e consolidação dos processos de modernização agrícola e o desenvolvimento do capitalismo no campo, processos esses considerados centrais para a compreensão das transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro a partir da década de 1970.

Assim, reconhecemos os Encontros Nacionais de Geografia Agrária como importantes fóruns de discussão e de divulgação dos estudos agrários desenvolvidos no Brasil e como uma representativa fonte de dados para a investigação da produção de conhecimento geográfico sobre o campo brasileiro. Em nosso estudo, recorreremos a essa fonte de dados para inves-

tigar especificamente a produção do conhecimento acerca da temática da relação cidade-campo.

### **3. Caracterização da fonte de dados da pesquisa bibliográfica**

Analisamos anais de todos os dezenove Encontros Nacionais de Geografia Agrária realizados até a conclusão da pesquisa de mestrado<sup>4</sup>. Na leitura prévia dos anais dos ENGAs foram identificados 424 trabalhos que abordavam a temática da relação cidade-campo. No entanto, durante a análise do material selecionado houve a necessidade de descartar algumas obras coletadas, algumas porque, ao contrário do que parecia na primeira leitura, não discutiam de forma significativa a temática de estudo (135 obras) e outras porque não constavam nos anais eletrônicos (8 obras). Desta forma, nossa base de dados foi composta por 281 trabalhos. Esses foram coletados nas diversas atividades realizadas durante os eventos<sup>5</sup>, sendo que ao longo dos dezenove encontros a estrutura de atividades foi se modificando.

Com relação aos profissionais envolvidos no estudo da temática verificamos, como já era esperado, a predominância de profissionais de Geografia, dentre os quais se destacaram os trabalhos produzidos por docentes universitários<sup>6</sup>. Mas também identificamos a participação de outras áreas do conhecimento na investigação da temática da relação cidade-campo, sobretudo professores de Economia (e Economia Rural) e de Ciências Sociais.

Analisando a participação dos pesquisadores e das instituições nas quais atuavam notamos uma relação direta entre a origem dos participantes e as sedes dos eventos. Ao analisarmos somente o grupo que reúne os pesquisadores/instituições com maior quantidade de trabalhos publicados nos anais dos ENGAs – UFRJ, UFPE, UNESP/Presidente Prudente, UFU, UERJ e UEM – podemos confirmar essa relação, uma vez que todas as instituições listadas nesse grupo sediaram e/ou organizaram algum dos dezenove encontros.

Também pudemos perceber a concentração espacial das sedes dos eventos. Dos dezenove ENGAs analisados: 10 foram realizados na Região

Sudeste; 4 na Região Sul; 4 na Região Nordeste; 1 na Região Centro-Oeste. Não foram realizados eventos na Região Norte.

Quando analisamos as cidades e capitais sedes mais atentamente percebemos uma concentração ainda maior: a) do total de 19 ENGAs analisados, 14 foram sediados nas Regiões Sul e Sudeste; b) dos 10 ENGAs realizados na Região Sudeste, 4 foram sediados no estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Rio de Janeiro. O estado do Espírito Santo não sediou nenhum evento enquanto o município de Águas de São Pedro (SP) sediou o encontro por duas vezes (1979 e 1994); c) a Região Nordeste, com maior número de estados brasileiros, sediou 4 eventos. No entanto, esses foram realizados em somente dois estados: 2 em Sergipe e 2 em Pernambuco; d) a cidade de Francisco Beltrão (PR) foi a sede do XX ENGA (2010), demonstrando a continuidade da tendência de concentração dos eventos nas regiões Sul e Sudeste.

No caso dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária, a escolha da cidade-sede se dá por meio de candidatura proposta pelos professores de instituições de ensino superior, seguida de votação da assembleia, esta composta pelos participantes do evento. Baseados na análise dessa dinâmica, acreditamos que a concentração espacial dos ENGAs realizados até o presente momento nas regiões Sul e Sudeste demonstram um nível mínimo de articulação entre os professores/grupos de pesquisa locais e entre eles e suas instituições.

Por fim, para finalizar a exposição da caracterização da nossa fonte de dados, resta-nos ainda comentar a atuação de agências, órgãos e fundações no fomento às pesquisas. Pudemos constatar que 34% das obras selecionadas nos anais dos ENGAs indicaram algum tipo de financiamento da pesquisa e/ou apoio para os pesquisadores envolvidos.

Dentre os trabalhos/pesquisadores que declararam apoio financeiro destacamos a expressiva atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O apoio do CNPq foi declarado em 44% dos trabalhos, abrangendo diversas modalidades, desde bolsas de iniciação científica até financiamento de projetos de grupos de pesquisa.

As Universidades com diferentes tipos de apoio acadêmico e estudantil foram responsáveis por 15% dos financiamentos declarados. Dentre eles destacamos: o apoio aos Centros de Pesquisas e Pós-Graduação, as bolsas de

Iniciação Científica e outras bolsas (PET– Programa de Educação Tutorial; PROLICEN – Programa de bolsas para a Licenciatura e PAE – Programa de Apoio ao Estudante).

As Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados<sup>7</sup> apoiaram 14% das pesquisas que declararam financiamento e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), 8%.

Identificamos 18 trabalhos vinculados a Projetos de Pesquisa, sendo que destes somente 3 não declararam nenhum tipo de apoio financeiro obtido por meio de agências, órgãos e fundações de incentivo à pesquisa. Consideramos que a criação desses projetos de pesquisa nas instituições é importante tanto para o estudo da realidade local/nacional quanto para a integração de novos pesquisadores à atividade científica. Por intermédio desses projetos, foram concedidas quase 10% das bolsas a estudantes de todos os níveis do ensino superior. Além de promover a formação científica e subsidiar o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas, as bolsas de estudo são importantes meios para garantir a permanência do estudante no ensino superior, sobretudo nos cursos de graduação.

Em menor número identificamos a atuação da SUDENE e da Fundação Ford no apoio a projetos e pesquisadores em nível nacional e foram identificadas também duas bolsas internacionais concedidas a estudantes das universidades brasileiras.

#### **4. O “raio X” da produção de conhecimento sobre a temática cidade-campo nos ENGAs**

Nessa última seção reunimos os principais resultados da pesquisa bibliográfica acerca da produção de conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil.

Conforme apresentamos anteriormente, nossa fonte de dados bibliográficos reuniu 281 trabalhos publicados ao longo de 30 anos de realização dos ENGAs, em 19 edições do encontro. Apesar de alguns raros trabalhos sobre a temática terem relação entre si (geralmente por integrarem um mesmo projeto de pesquisa e serem desenvolvidos pela mesma equipe) a maioria das obras não se relacionavam.

Diante dessa realidade, partimos do pressuposto de que apesar da fragmentação da Geografia em ramos específicos do saber a produção científica de conhecimentos geográficos tem sido orientada por certos paradigmas ao longo de seu desenvolvimento (CORRÊA, 1995a) e, assim, optamos por uma investigação de base epistemológica para analisar os trabalhos que estudaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAS.

#### 4.1 Principais parâmetros de análise

Tendo em vista a realização de uma análise epistemológica a partir do conjunto de trabalhos publicados nos ENGAS, cujo objeto de estudo se relacionava à temática da relação cidade-campo, identificamos primeiramente três correntes teórico-metodológicas, quais sejam: empírico-analítica, crítico-dialética e fenomenológico-hermenêutica (SPÓSITO, 2004).

Em seguida, associamos cada uma dessas correntes teórico-metodológicas às cinco correntes do pensamento geográfico, essas definidas com base nas contribuições de Corrêa (1995a)<sup>8</sup> – Determinismo Ambiental, Possibilismo, Nova Geografia e Geografia Crítica – e Santos (2004) – Geografia da Percepção e do Comportamento.

Uma vez abordados os principais paradigmas que orientam a produção de conhecimento no âmbito da ciência geográfica, discutimos as diferentes perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo (GALVÃO, 1985; MARQUES, 2002; CARLOS, 2004) relacionando-as a cada uma das correntes teórico-metodológicas e geográficas e discutimos ainda as principais formas de análise identificadas nos trabalhos analisados (FERREIRA, 2002).

Nosso objetivo, ao identificarmos as correntes teórico-metodológicas, as correntes geográficas, as perspectivas e formas de análise que nortearam a produção dos trabalhos sobre a temática da relação cidade-campo, não é, de forma alguma, rotular as obras e os autores. Pretendemos apenas vislumbrar a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil, buscando compreender os principais elementos que fundamentaram sua investigação.

A seguir, exploramos brevemente as características das correntes teórico-metodológicas, visando relacioná-las à produção geográfica mas



não nos aprofundamos na caracterização das correntes geográficas, mesmo porque é vasta a bibliografia sobre essas correntes.

Spósito (2004) identificou três correntes teórico-metodológicas – empírico-analítica, crítico-dialética e fenomenológico-hermenêutica – sendo que cada corrente está ligada a determinados pressupostos que orientam sua investigação científica.

De acordo com o autor, o pressuposto das pesquisas empírico-analíticas seria a *objetividade*. Isso porque essas pesquisas estariam fundamentadas em um “processo cognitivo centralizado no objeto (dedução)” (SPÓSITO, 2004, p. 54). A corrente crítico-dialética, por sua vez, teria como pressuposto a *concreticidade* e estaria baseada num “processo cognitivo centrado na relação dinâmica sujeito-objeto (dialética)” (SPÓSITO, 2004, p. 54). Por fim, a corrente fenomenológico-hermenêutica teria a *racionalidade* como pressuposto gnosiológico definido a partir do “processo cognitivo centrado na racionalidade do sujeito (dialética ou indução)” (SPÓSITO, 2004, p. 54).

Analisando os pressupostos de cada corrente teórico-metodológica podemos inferir que essas três formas de interação sujeito-objeto partem de três concepções diferentes do ato de conhecer e implicam em diferentes práticas de pesquisa. Entendemos por *prática de pesquisa* as articulações entre problema/teoria/metodologia/análise na investigação científica de determinado objeto de estudo (NEVES, 2010).

Associando as três correntes teórico-metodológicas definidas por Spósito (2004) à produção científica da Geografia, relacionamos a corrente empírico-analítica a três correntes geográficas: Determinismo Ambiental e Possibilismo – doravante reunidas sob a denominação de Geografia Clássica – e Nova Geografia (ou Geografia Quantitativa).

A Geografia Clássica estava fundada principalmente nas técnicas de observação e descrição, enumeradas por Spósito (2004) como importantes características da corrente empírico-analítica, além da forte influência das ideias positivistas (OLIVEIRA, 2004).

A hegemonia da dimensão positivista perdurou mesmo quando houve “o rompimento com a idiografia e com o conhecimento clássico” (DINIZ, 1996, p. 19), com o surgimento da Nova Geografia, a partir dos anos 1960, esta fundamentada no neopositivismo.

Apesar de a Nova Geografia introduzir novas formas de investigação científica na ciência geográfica, para Oliveira “parece óbvio insistir que o movimento neopositivista na Geografia, ou seja, o empirismo lógico, manteve praticamente intactos esses postulados básicos, sobretudo o da objetividade/neutralidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

Amparados nessas observações associamos as correntes do pensamento geográfico Clássica e Nova Geografia à corrente teórico-metodológica empírico-analítica por acreditarmos que apesar das suas particularidades essas duas correntes se alicerçam no mesmo preceito, qual seja: “concepção de ciência baseada na causalidade” (SPÓSITO, 2004, p. 53), sendo que a primeira está mais fortemente ligada à percepção empírica enquanto a segunda se vincularia mais à linguagem matemática.

Numa direção diferente das pesquisas empírico-analíticas, as pesquisas desenvolvidas a partir da corrente crítico-dialética partem de uma “concepção de ciência como categoria histórica, mediação homem-natureza; origem empírica objetiva do conhecimento” (SPÓSITO, 2004, p. 53). A essa corrente teórico-metodológica associamos as pesquisas desenvolvidas sob influência da Geografia Crítica, corrente surgida em meados da década de 1970, que fundamenta suas práticas de pesquisa no materialismo histórico e na dialética marxista.

Por fim, relacionamos a corrente teórico-metodológica fenomenológico-hermenêutica à corrente geográfica da Geografia da Percepção e do Comportamento. Santos (2004, p. 92) declara que “a geografia da percepção e do comportamento é uma das novas tendências de nossa disciplina”, sendo que “as abordagens fundamentadas na percepção individual têm seu ponto de partida no processo de conhecimento. Este é o resultado da apreensão da realidade contida em um objeto” (SANTOS, 2004, p. 92).

De acordo com Spósito, a concepção de ciência dessa corrente teórico-metodológica funda-se em “variantes explicadas por uma invariante (estrutura cognitiva) e pela essência dos fenômenos” (2004, p. 53).

O autor entende que, enquanto o foco das pesquisas empírico-dialéticas recai sobre a causalidade e o das pesquisas crítico-dialéticas sobre a ação, o ponto central das pesquisas fenomenológico-hermenêuticas é a interpretação (SPÓSITO, 2004, p. 53).

Antes de passarmos à análise da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo, resta-nos ainda identificar dois parâmetros utilizados na análise epistemológica: as diferentes perspectivas de análise da temática e as diversas formas pelas quais os autores desenvolveram seus trabalhos publicados nos ENGAs.

Com relação às perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo, identificamos quatro perspectivas diferenciadas: dicotômica, ecossistêmica, processual e percepção mútua, as quais passaremos a distinguir.

Na avaliação de Marques (2002):

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (p. 100).

A autora afirma que historicamente tem prevalecido na Geografia o enfoque dicotômico no estudo da temática da relação cidade-campo e que a abordagem conhecida como "*continuum* rural-urbano" só teria se desenvolvido a partir da segunda metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização. No entanto, a autora alerta que, se analisarmos atentamente as duas abordagens, perceberemos que "a idéia de *continuum* rural-urbano também se apóia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação" (MARQUES, 2002, p. 100-101).

Os autores que estudam a temática também reconhecem a tendência histórica de análise das relações cidade-campo sob o enfoque dicotômico (ou dualista) e, ao mesmo tempo, criticam sua capacidade de interpretação ante a nova realidade. Esta nova realidade constituída nas últimas décadas a partir da difusão das novas tecnologias de produção, comunicação e transportes seria caracterizada pela aproximação dos meios rural e urbano.

Diante das significativas e recentes mudanças na organização do espaço geográfico e dos embates entre as diferentes correntes teórico-metodológicas e geográficas, novos caminhos teóricos e metodológicos

foram sendo traçados na tentativa de superar os dualismos que estavam longe de interpretar a realidade da interação cidade-campo.

Carlos (2004) identifica duas tendências importantes na análise das relações cidade-campo. A autora explica:

Neste plano da produção do conhecimento um conflito revela duas tendências importantes, aquela que entende a realidade enquanto ecossistema e aquela que a entende enquanto processo histórico e social, portanto contraditória e desigual. Duas práticas. Ambas as posições apontam para a construção de projetos diferenciados de sociedade indicando inserção diferenciada dos geógrafos na sociedade a partir da constatação de seu papel nela e revelam uma postura do pesquisador (CARLOS, 2004, p. 08).

De acordo com Carlos, a tendência de análise das relações entre a cidade e o campo enquanto ecossistema estaria relacionada à abordagem sistêmica e representaria uma simplificação da realidade, uma vez que

limita a ação social e histórica àquela indefinida de “ação antrópica”, ao mesmo tempo em que reduz o espaço a um quadro físico inerte, passível de sofrer maior ou menor intervenção humana, apontando um processo de “naturalização da sociedade”. Isto porque a idéia de ecossistema naturaliza um fenômeno que em essência é social (CARLOS, 2004, p. 10).

Por sua vez, a tendência de análise da temática como um processo histórico e social, como defende a autora, reconheceria que a sociedade

produz ‘um mundo’ a sua imagem e semelhança: desigual e contraditório, impondo a necessidade de desvendar o conteúdo das relações sociais a partir das práticas espaciais (CARLOS, 2004, p. 10).

Outra contribuição importante para a definição das perspectivas de análise da temática é o trabalho de Galvão (1985). Para esta autora, as relações cidade-campo têm sido abordadas “na maioria das vezes, somente sob o ângulo das relações de mercado expressas pelo consumo” (GALVÃO, 1985, p. 277). Ela avalia que

na ótica da Geografia, relacionamentos outros, que não apenas os estritamente mercantis, compõem o tecido coeso e articulado elaborado pela interação campo/cidade e que, a nosso ver, pode ser identificado no bojo de duas questões: (a) o que o campo e a cidade recebem um do outro, e (b) como a cidade e o campo se vêem, um ao outro.

Troca e percepção mútua sintetizam a relação. A primeira envolve a segunda e é por esta envolvida. Nesse envolvimento, transformam-se ao longo do tempo os tipos de relações e o espaço em que elas se dão, visto serem elas o reflexo do modo de produção que as permeia e que, por sua ação, produz o próprio espaço (GALVÃO, 1985, p. 278).

Assim, baseados nas avaliações realizadas por Marques (2002), Carlos (2004) e Galvão (1985), definimos quatro perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo: a dicotômica, a ecossistêmica, a processual e a da percepção mútua.

Adotamos também as proposições de Galvão (1985) para identificar os principais enfoques conferidos por cada corrente geográfica no estudo da temática. Articulando as discussões acerca das perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo com as análises anteriores referentes às correntes teórico-metodológicas e geográficas, consideramos que as correntes Clássica, Quantitativa e Crítica enfatizam a investigação das *trocas*<sup>9</sup> no estudo das relações cidade-campo, ainda que divirjam teórica e metodologicamente.

Quanto às perspectivas de análise de cada uma dessas correntes geográficas, avaliamos que as correntes agrupadas sob a denominação Geografia Clássica apresentam, em geral, a perspectiva dicotômica na análise das relações entre a cidade e o campo; a Nova Geografia ou Geografia Quantitativa desenvolve a maioria dos trabalhos referentes à temática sob a perspectiva ecossistêmica, enquanto que a Geografia Crítica usualmente utiliza a perspectiva processual na investigação da temática.

Já a perspectiva da percepção mútua é a perspectiva utilizada pela corrente da Geografia da Percepção e do Comportamento no estudo das relações cidade-campo. Independente da maneira como ocorrem os processos de trocas (materiais e simbólicas) e seus produtos finais, a Geografia da Percepção e do Comportamento é a corrente que questiona, no nível das redes micro-sociais, os fatores responsáveis por desencadear o início, a manutenção e a extinção destas trocas, de forma que essa corrente introduz questionamentos que abarcam outras dimensões de análise da temática.

No que se refere às diferentes formas pelas quais os autores desenvolveram suas pesquisas, Ferreira (2002) utiliza a denominação “formas de análise” e a define como “o conjunto de princípios e práticas científicas

que nortearam o desenvolvimento da pesquisa geográfica [...]” (FERREIRA, 2002, p. 160), explicando que elas “dizem respeito às diferentes formas pelas quais o autor realiza o seu estudo e expõe o trabalho, explicitando uma visão de mundo que direciona a ênfase, o entendimento e a explicação” (p. 160).

A partir dessa definição, a autora identifica as seguintes formas de análise: a) estudos de caso: “conjunto de textos do tipo monográfico” (p. 161) em diferentes escalas de análise; b) estudos metodológicos: trabalhos que apresentam “discussões sobre novas técnicas de trabalho” (p. 165); c) estudos teóricos: que dizem respeito “às propostas teóricas de análise [...]” (p. 165); d) estudos epistemológicos: cujo objeto de estudo é a própria produção do conhecimento na Geografia Agrária, “refletindo a preocupação dos encontros nacionais [...] que colocaram em xeque o prestígio e o desenvolvimento desse ramo da ciência geográfica, discutindo suas diretrizes e efetuando sua auto-avaliação” (p. 165) e e) outras formas: identificadas no decurso da pesquisa.

#### *4.2 A produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil*

Analisando os referenciais teóricos e metodológicos dos dados bibliográficos, constatamos que 52% dos trabalhos analisados foram desenvolvidos sob orientação da corrente crítico-dialética, associada à corrente da Geografia Crítica.

Em seguida observamos grande quantidade de trabalhos da corrente empírico-analítica: em destaque estão as obras desenvolvidas a partir das práticas de pesquisa da corrente Clássica da Geografia (30%) e em menor proporção identificamos os trabalhos influenciados pela corrente da Nova Geografia (9%).

A corrente fenomenológico-hermenêutica, associada à corrente da Geografia da Percepção e do Comportamento, foi identificada em somente 2% dos trabalhos analisados.

A análise quantitativa dos dados referentes à orientação teórico-metodológica é relevante pois nos indica a hegemonia da corrente crítico-dialética nos ENGAs. Bray (2007) nos esclarece que:

A partir do final dos anos 70, os encontros nacionais de geografia agrária ganharam um papel importante na difusão dos estudos e das novas abordagens sobre a questão agrária e agrícola nacional. A influência da teoria crítica tornou-se um referencial para compreendermos as transformações pelas quais a agropecuária passou e passa sob o Estado industrial, o capitalismo monopolista e a internacionalização da economia e dos produtos agropecuários (p. 13).

No entanto, a mera indicação da preponderância dessa corrente no conjunto dos dados bibliográficos pouco nos auxilia na tarefa de analisar a produção do conhecimento acerca da temática da relação cidade-campo nos ENGAs. Para nos aproximarmos dessa proposta, recorreremos à análise da distribuição dos trabalhos desenvolvidos sob influência de cada corrente teórico-metodológica ao longo dos ENGAs, buscando identificar, para além da hegemonia da corrente crítico-dialética associada à Geografia Crítica, a contribuição e a importância das demais correntes na construção do conhecimento geográfico.

Uma observação relevante nesse sentido é a associação entre o período de realização dos ENGAs e a influência das correntes teórico-metodológicas. Muitos autores buscaram periodizar – ainda que com fins didáticos – o surgimento das correntes geográficas ao discutirem a história do pensamento geográfico. Grosso modo, os autores indicam o surgimento de cada corrente geográfica da seguinte maneira: a corrente Clássica teria surgido com a sistematização/institucionalização da Geografia – no caso brasileiro na década de 1930 –; a Nova Geografia a partir de 1960; a corrente Crítica, no Brasil, no final da década de 1970, e as novas abordagens geográficas, dentre as quais destacamos a Geografia da Percepção e do Comportamento, a partir dos anos 1980.

Relacionando essa periodização ao surgimento dos ENGAs, podemos associar o início da realização desses eventos à co-existência de duas correntes teórico-metodológicas: a corrente empírico-analítica – sob orientação das correntes geográficas Clássica e Nova Geografia – já se encontrava consolidada na ciência geográfica, enquanto que a corrente crítico-dialética passava a ser mais amplamente divulgada a partir do encontro da AGB de 1978, de onde partiu a ideia do ENGA.

No entanto, analisando a distribuição dos trabalhos por corrente teórico-metodológica em cada encontro identificamos somente trabalhos relacionados à corrente crítico-dialética nos primeiros quatro ENGAs.

Acreditamos que esse fato pode ser explicado por duas razões principais. Em primeiro lugar destacamos o momento histórico que vivia a Geografia brasileira iniciado na reunião da AGB de 1978, com a difusão e incorporação da teoria crítica marxista nos estudos geográficos. E, em segundo lugar, destacamos que esses primeiros eventos foram realizados com a participação quase exclusiva de docentes e profissionais, muitos dos quais eram os pesquisadores responsáveis por propagar, no cenário nacional, essa nova corrente geográfica.

Os trabalhos desenvolvidos por outras correntes teórico-metodológicas passam a ser registrados a partir do V ENGA (1984).

A partir desse evento observamos um aumento significativo no número de participantes e verificamos que os organizadores dos ENGAs passaram, progressivamente, a aceitar os trabalhos dos estudantes de diversos níveis da educação superior. Além disso, devemos considerar que à medida que o evento foi se consolidando no cenário nacional foi atraindo participantes de outras instituições.

Esses fatos contribuíram para divulgar os trabalhos geográficos produzidos pelos diferentes centros de pesquisa/pesquisadores nacionais, demonstrando a diversidade de orientações teórico-metodológicas desses centros/pesquisadores e contribuindo para “abrandar” a hegemonia da corrente crítico-dialética no estudo da temática da relação cidade-campo.

Nesse contexto destacamos a forte influência da corrente teórico-metodológica empírico-analítica na produção desses centros de ensino/pesquisa que passaram a integrar o evento. Depois da corrente crítico-dialética – que, vimos, foi responsável por mais de 50% da produção do conhecimento sobre a temática – os dados analisados revelam grande participação de trabalhos produzidos segundo as práticas de pesquisa características da corrente Clássica da Geografia (30%) seguida da corrente Nova Geografia (9%).

A corrente teórico-metodológica com menor participação na investigação da temática da relação cidade-campo, segundo os dados analisados, foi a corrente fenomenológico-hermenêutica (2%)<sup>10</sup>. Além de pequena quantidade de trabalhos publicados sob essa orientação, constatamos que sua produção está bastante pulverizada ao longo dos eventos. Confirmando a periodização dos autores a respeito das correntes geográficas, o primeiro



registro de um trabalho orientado por essa corrente teórico-metodológica é do VI ENGA, realizado em 1985.

Em relação à análise que vimos fazendo da distribuição de trabalhos segundo as correntes teórico-metodológicas e geográficas, cabe salientar que para identificar as correntes teórico-metodológicas que orientaram o desenvolvimento dos trabalhos publicados nos anais dos ENGAs procuramos examinar a produção de conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo a partir das *práticas de pesquisa* que caracterizam cada trabalho, associadas aos referenciais teóricos utilizados. Pelo menos no que tange a produção do conhecimento acerca da nossa temática de estudo pudemos confirmar a asserção de Bray (2007):

[...] vejo na atualidade que as perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária no Brasil tendem a abarcar todo o conhecimento construído pelas gerações, com um grande respeito aos trabalhos que contribuíram para o crescimento desse ramo do conhecimento geográfico (p. 14).

Na investigação da temática da relação cidade-campo identificamos a utilização de autores clássicos da Geografia Agrária brasileira e mundial, juntamente com a análise, aplicação e/ou reinterpretção de teorias e métodos há muito utilizados por esse ramo da ciência geográfica ao longo de sua história.

Conforme pudemos constatar pela análise da distribuição dos trabalhos ao longo dos ENGAs as correntes teórico-metodológicas e geográficas coexistem. O surgimento de trabalhos de uma determinada corrente não implica, de forma alguma, a extinção das demais. A ciência, como atividade humana historicamente construída, também passa por períodos de crise, transformação, adaptação, renovação. Procuramos fundamentar as análises do nosso trabalho nessa compreensão dinâmica de ciência.

Anteriormente apresentamos os pressupostos das três correntes teórico-metodológicas identificadas por Spósito (2004) – empírico-analítica, crítico-dialética e fenomenológico-hermenêutica – e inferimos que essas três correntes revelam três formas de interação sujeito-objeto. Associamos a distinção dessas formas de interação a três diferentes concepções do ato de conhecer e, nesse raciocínio, reconhecemos que diferentes concepções do ato de conhecer implicariam diferentes práticas de pesquisa, sendo que

compreendemos por prática de pesquisa as articulações entre problema/teoria/metodologia/análise na investigação científica de determinado objeto.

Procuramos sintetizar, por meio do quadro 1, os principais resultados de pesquisa relativos à produção do conhecimento geográfico sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil. O quadro está organizado por ordem da relevância de cada corrente teórico-metodológica e geográfica na composição dos dados bibliográficos.

Como vimos, a corrente crítico-dialética, associada à corrente da Geografia Crítica, influenciou a maior parte dos autores que investigaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAs. Por meio da investigação dialética e através da perspectiva processual de análise das relações entre a cidade e o campo, as pesquisas crítico-dialéticas geralmente estudaram, na análise de seus objetos, as relações de poder e as contradições existentes na apropriação e organização do espaço geográfico brasileiro, com destaques para a análise da atuação do Estado e para a distinção na apropriação do espaço segundo as diferentes classes/grupos sociais.

Em seguida, constatamos a expressiva participação da corrente empírico-analítica relacionada à corrente geográfica da Geografia Clássica no conjunto de dados analisado. Fazendo uso da descrição e de uma perspectiva dicotômica de análise da relação cidade-campo, os trabalhos influenciados pela Geografia Clássica desenvolveram geralmente uma análise da história e da evolução da organização do espaço geográfico destacando, no momento de realização de seus estudos, os elementos socioculturais, políticos, econômicos e/ou ambientais responsáveis pela configuração espacial observada.

Também associada à corrente teórico-metodológica empírico-analítica, identificamos trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo sob orientação da corrente Nova Geografia ou Geografia Quantitativa. A articulação entre os objetos estudados e os referenciais teóricos e metodológicos utilizados nos trabalhos orientados pela Nova Geografia nos revelou dois enfoques de estudo predominantes: evolutivo e classificatório<sup>11</sup>.

**Quadro 1**

SÍNTESE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NO BRASIL SEGUNDO AS DIFERENTES CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E GEOGRÁFICAS

Correntes teórico-metodológicas	Correntes geográficas	Perspectivas de análise da temática	Principais objetos de pesquisa*	Enfoques de estudo*	Tipo de análise*
Crítico-dialética	Geografia Crítica	Processual	Relação cidade-campo; Condições sociais e de trabalho do homem rural; Agricultura familiar e campestre; Políticas públicas, estrutura fundiária e desenvolvimento rural	Político	Dialética
Empírico-analítica	Geografia Clássica	Dicotômica	Relação cidade-campo; Agricultura familiar e campestre; Organização do espaço agrário; Uso do solo e regionalização agrícola	Histórico	Descritiva
	Nova Geografia	Ecológico-sistêmica	Capitalização do campo; Organização do espaço agrário; Uso e regionalização agrícola; Agricultura e meio ambiente	Evolutivo e/ou Classificatório	Descritiva
Fenomenológico-hermenêutica	Geografia da Percepção e do Conhecimento	Percepção Mútua	Diversos*: Relação cidade-campo	Intersubjetivo e/ou Cultural	Interpretativa

Fonte: NEVES (2010).

\* Sínteses da pesquisadora baseadas na análise dos dados da pesquisa bibliográfica.

• Os primeiros trabalhos produzidos sob orientação dessa corrente foram identificados no eixo “diversos” provavelmente por apresentarem uma abordagem diferenciada que não se enquadrava na estrutura previamente estabelecida pelos organizadores desses eventos.

As pesquisas influenciadas por essa corrente foram desenvolvidas a partir da perspectiva de análise ecológico-sistêmica no estudo da temática da relação cidade-campo e geralmente procuravam investigar a história da organização do espaço de dado lugar, buscando compreender a evolução dos seus usos e/ou classificar a inserção desse lugar no território nacional ou regional, segundo as atividades (econômicas) desenvolvidas.

Apesar das particularidades da Nova Geografia no processo de investigação científica, prevaleceu a descrição como o principal tipo de análise, assim como nos trabalhos desenvolvidos pela corrente da Geografia Clássica.

Por fim, na composição dos dados da pesquisa bibliográfica, a corrente com menor número de trabalhos foi a corrente fenomenológico-hermenêutica, que reúne os estudos desenvolvidos pela corrente da Geografia da Percepção e do Comportamento. A análise das pesquisas orientadas por essa corrente recai fundamentalmente sobre a interpretação, realizada pelo pesquisador, das várias dimensões do fenômeno estudado na busca por sua compreensão.

Por meio da perspectiva da percepção mútua na análise da temática da relação cidade-campo, os estudos orientados pela corrente fenomenológico-hermenêutica procuravam investigar questões relacionadas à identidade espacial e cultural dos sujeitos de pesquisa; às formas e aos graus de percepção dos sujeitos em relação a algum fenômeno; e ainda às sociabilidades, aspirações e manifestações culturais expressas por determinados indivíduos/grupos de indivíduos/grupos sociais investigados.

Nesses trabalhos identificamos dois enfoques de estudo que, à semelhança dos enfoques definidos para a corrente da Nova Geografia, foram observados no interior dos trabalhos, tanto de forma isolada, quanto inter-relacionados, dependendo do fenômeno estudado. Os enfoques de estudo da corrente da Geografia da Percepção e do Comportamento são os enfoques intersubjetivo e cultural.

Independentemente das orientações de cada corrente teórico-metodológica e geográfica, observamos diferentes formas pelas quais os autores desenvolvem suas pesquisas. Investigando os dados da pesquisa bibliográfica de acordo com a classificação proposta por Ferreira (2002), verificamos que a maior parte dos trabalhos analisados (85%) foi produzida sob a forma de estudos de caso, nas mais variadas escalas de análise<sup>12</sup>.

As demais formas de análise identificadas na investigação da temática da relação cidade-campo a partir dos dados bibliográficos foram: estudos teóricos (9%), estudos epistemológicos (5%), estudos metodológicos (1%) e estudo histórico (com apenas um trabalho identificado).

Interessou-nos também investigar a utilização dos conceitos geográficos no estudo da temática da relação cidade-campo. Corrêa (1995b) indica cinco conceitos que considera conceitos-chave da ciência geográfica, quais sejam: paisagem, região, espaço, lugar e território. Aos cinco conceitos indicados pelo autor, acrescentamos o conceito rede por compreendermos este como outro importante conceito para a análise do espaço geográfico.

Ao analisarmos o referencial conceitual dos trabalhos que compuseram nossa fonte de dados, notamos que menos de 10% deles definiram algum dos seis conceitos geográficos citados para subsidiar a análise dos fenômenos relacionados a seus objetos de estudo. No montante dos 281 trabalhos selecionados como fonte de dados da pesquisa bibliográfica somente 24 (8,5 %) se utilizaram destes conceitos geográficos.

Esse nos pareceu um dado preocupante, porque demonstra que numerosos estudos geográficos – realizados sob diversas formas de análise e em diferentes escalas – publicados nos anais de um evento científico de caráter nacional foram produzidos sem exploração de conceitos considerados fundamentais para o estudo do espaço geográfico brasileiro<sup>13</sup>.

Consideramos o relativo “abandono” dos conceitos geográficos nos estudos analisados um fato preocupante para o processo de produção do conhecimento porque estes conceitos compõem a estrutura da articulação teórica da disciplina geográfica. A nosso ver, é essa articulação teórica que garante à Geografia um olhar científico peculiar sobre o objeto de estudo espaço, objeto esse que é compartilhado por muitas outras áreas do conhecimento.

Os conceitos geográficos mais utilizados na investigação da temática da relação cidade-campo foram, nessa ordem: território; espaço; paisagem; lugar e rede; e região. Conforme pudemos verificar pela distribuição desses conceitos ao longo dos eventos, a maior parte dos trabalhos que utilizaram os conceitos geográficos na investigação da temática está concentrada nos três eventos mais recentes XVII (2004), XVIII (2006) e XIX (2009).

Acreditamos que a maior utilização dos conceitos geográficos nos últimos eventos pode estar relacionada à ação de pelo menos dois movimentos no contexto científico nacional. O primeiro consistiria num movimento de conscientização da importância do emprego desses conceitos nos estudos geográficos, promovido pela comunidade acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, nos eventos e nos textos científicos especializados. E o segundo movimento estaria ligado à diversidade de abordagens dos conceitos geográficos. A proliferação de abordagens e definições desses conceitos no meio acadêmico nos últimos anos estaria impelindo os pesquisadores a precisar sua compreensão a respeito deles nas ocasiões em que fazem uso de algum desses conceitos geográficos no âmbito de seus trabalhos.

Encerramos assim a exposição do panorama da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil indicando que, apesar da supremacia da Geografia Crítica, constatamos a coexistência das diferentes correntes e perspectivas de análise da temática.

Esperamos que a socialização desses resultados de pesquisa possa ter contribuído para estimular as reflexões do leitor acerca do estudo dessa temática no âmbito da ciência geográfica e salientamos que as discussões que integram esse artigo são analisadas em profundidade em nossa dissertação<sup>14</sup>.

## **5. Considerações Finais**

A análise das relações estabelecidas entre a cidade e o campo é uma antiga preocupação científica. Formulações clássicas como a Teoria do Estado Isolado (Johann Heinrich von Thünen, 1826) e a Teoria das Localidades Centrais (Walter Christaller, 1933) se propuseram a refletir sobre a natureza e as características dessas relações e acabaram se tornando modelos amplamente utilizados pela ciência geográfica.

Nossa pesquisa, realizada no curso de Mestrado em Geografia da UFBA, consistiu num “estado da arte” sobre a temática da relação cidade-campo, a partir dos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (1979-2009). Acreditamos que, à semelhança de nosso trabalho, muitas outras temáticas de estudo podem ser investigadas a partir dessa fonte de dados, dada sua relevância no contexto científico geográfico nacional.

No que tange a temática da relação cidade-campo percebemos que as transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1970 foram responsáveis por aproximar essas duas realidades do espaço geográfico, minimizando suas diferenças e mesclando as características que até então as definiam.

Essas transformações empíricas suscitaram transformações científicas de forma que novos paradigmas emergiram na Geografia como forma de interpretar a realidade doravante caracterizada pela crescente complexificação estrutural.

O resultado dessas transformações, no âmbito da investigação da temática da relação cidade-campo, foi a perda da hegemonia da perspectiva dicotômica, predominante desde os primeiros estudos da temática. Ao mesmo tempo em que observamos a crítica à capacidade de interpretação dessa perspectiva e sua resignificação – com o surgimento de novos elementos como o *continuum*, por exemplo – verificamos também a emergência de outras perspectivas de análise, quais sejam: ecossistêmica, processual e percepção mútua. Essas novas perspectivas, influenciadas pelas transformações paradigmáticas da ciência geográfica, passam a coexistir no cenário acadêmico nacional, num processo dinâmico de diálogo e auto-avaliação.

Nesse artigo, apresentamos alguns dos pressupostos teóricos de cada uma dessas perspectivas na tentativa de elucidar suas diferenças na explicação das relações estabelecidas entre a cidade e o campo. No entanto, indicamos a necessidade da realização de trabalhos futuros para explorar melhor a distinção entre essas perspectivas e até, se for o caso, identificar outras perspectivas que não foram observadas em nossa fonte de dados.

Esperamos que a apresentação desses resultados de pesquisa possa fomentar o debate em torno da investigação da temática no âmbito da ciência geográfica e subsidiar o desenvolvimento de novos trabalhos sobre o tema.

## Notas

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> A dissertação é intitulada: Relação cidade-campo: estudo da produção do conhecimento na ciência geográfica brasileira a partir dos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs).

<sup>3</sup> Em relação à produção acadêmica dos ENGAs, Ferreira avalia que “praticamente um quarto de toda a produção geográfica brasileira sobre o agro é da década de 1980, demonstrando o revigoramento do setor, em razão não só das próprias mudanças ocorridas na atividade agrícola, mas também do impulso e estímulo dados à pesquisa em Geografia Agrária pelos Encontros Nacionais de Geografia Agrária” (FERREIRA, 2002, p. 155).

<sup>4</sup> Os anais do XX ENGA não compuseram nossa fonte de dados uma vez que a pesquisa foi defendida em agosto de 2010 e o encontro foi realizado em outubro do mesmo ano.

<sup>5</sup> Analisamos anais referentes a: Textos Básicos para Discussão, Documentos Básicos, Minicursos, Excursões Geográficas, Painéis, Mesas Redondas, Conferências e Sessões de Comunicações.

<sup>6</sup> Na composição dos dados bibliográficos destacamos também a significativa participação de estudantes de graduação e, em seguida, de trabalhos de mestrandos, doutorandos e profissionais geógrafos.

<sup>7</sup> Identificamos o apoio das instituições FAPESP, FAPEMIG E FAPERJ no conjunto de dados analisados.

<sup>8</sup> A corrente “Método Regional” definida por Corrêa (1995a) entre as principais correntes do pensamento geográfico não é abordada nesse trabalho por não identificarmos sua influência na produção agrária brasileira.

<sup>9</sup> Nossa compreensão a respeito da categoria trocas, definida a partir de Galvão (1985), engloba não somente relações de mercado e trocas materiais, como também trocas simbólicas, que podem ser definidas como objeto de investigação no âmbito de cada uma das correntes.

<sup>10</sup> Na dissertação agrupamos na categoria “outros” dois tipos de trabalhos: os que não forneceram indícios de sua orientação teórico-metodológica e os que, ao longo de seu desenvolvimento, articularam práticas de pesquisa de duas correntes teórico-metodológicas. Essa categoria reuniu 7% dos trabalhos analisados.

<sup>11</sup> Identificamos tanto trabalhos que apresentavam somente um dos enfoques de estudo identificados para essa corrente – evolutivo ou classificatório – quanto trabalhos nos quais foram observados ambos os enfoques.

<sup>12</sup> Com relação às escalas de análise verificamos a predominância da investigação de realidades mais próximas dos pesquisadores e/ou de suas instituições. As investigações de municípios (29%), mesorregiões (19%), realidades locais (18%) e estados (11%) representam mais de três quartos dos estudos de caso analisados.

<sup>13</sup> Observamos dentre esses trabalhos algumas situações distintas: numerosos trabalhos não empregam *nenhum* dos conceitos geográficos listados acima na análise dos seus objetos de estudo; outros utilizam apenas definições relacionadas à investigação de seus fenômenos (exemplos: cidade, campo, urbano, rural, urbanidade, ruralidade, etc.) sem se preocupar em articular essas definições ao corpo teórico consolidado da ciência geográfica; outros ainda incorporam definições e conceitos de outras áreas de estudo sem fazê-los dialogar com os conceitos geográficos e, por fim, identificamos entre os trabalhos analisados muitas obras que utilizaram a denominação dos conceitos – paisagem, região, espaço, lugar, território e rede – sem defini-los ou precisar sua compreensão a respeito deles.

<sup>14</sup> Disponível no site do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA: <http://www.posgeo.ufba.br/RESUMOS.htm>.

## Referências

BRAY, Silvio. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007. p. 11-16.

CARLOS, Ana Fani A. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Mercator**, Fortaleza, ano 3, n. 5, p. 07-13, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. As correntes do pensamento geográfico. In: \_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1995a.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b.



DINIZ, José A. F. et. al. ENGA ANO 10: Subsídio ao Estudo da História da Geografia Agrária Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Aracaju. **Anais...** (Anexo) Aracaju: Editores, 1987. p. 1-57.

DINIZ, José A. F. O estado da arte da Geografia Agrária na Pós-Graduação em Geografia no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume 1 - Mesa Redonda) Diamantina: UFMG, 1996. p. 19.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GALVÃO, Maria do Carmo C. A relação campo/cidade no estudo do espaço agrário. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 276.

\_\_\_\_\_. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** (Anexo) Florianópolis: UFSC, 1988. p. 1-13.

MARQUES, Marta Inez M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

NEVES, Karina F. T. V. **Relação cidade-campo: Estudo da produção do conhecimento na ciência geográfica brasileira a partir dos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA).** 2010. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Recebido em: 13/11/2012

Aceito em: 19/02/2013

